



## O princípio da garantia semântica revisitado à luz dos estudos da linguagem

*The principle of the semantic warranty revisited in light of language studies*

Roger de Miranda Guedes\*

### RESUMO

A garantia semântica é considerada o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de sistemas de organização do conhecimento (SOCs) para justificar e validar significados. Objetiva-se neste artigo apresentar “esboços de paisagens” que contribuam para a pavimentação do estrado epistemológico representado pelo princípio da garantia semântica na organização do conhecimento (OC). Para isso, recorre-se ao pensamento de dois filósofos da linguagem – Ludwig Wittgenstein e Mikhail Bakhtin – para conduzir as reflexões. Demonstra-se que a promoção de significado útil e adequado às linguagens documentárias requer condições de reconhecimento de autoridades cognitivas que equilibrem a sensibilidade necessária para provocar o desvelamento de significados úteis em SOCs, sendo este o papel do princípio da garantia semântica.

**Palavras-chave:** Garantia Semântica; Sistemas de Organização do Conhecimento; Estudos da Linguagem; Significação; Conceitos Sensibilizantes.

### ABSTRACT

Semantics warranty is the principle applied to the construction, development and evaluation of Knowledge Organization Systems (KOS) to justify and validate meanings. The aim is to present "sketches of landscapes" that contribute to the paving of the epistemological platform represented by the principle of semantic warranty in the organization of knowledge. To this end, the thinking of two philosophers of language — Ludwig Wittgenstein and Mikhail Bakhtin — is used to conduct the reflections. It is concluded that promoting meaningful and adequate meaning to documentary languages requires conditions of recognition of cognitive authorities that balance the sensitivity necessary to provoke the unveiling of useful meanings in KOS, this being the role of the principle of semantic warranty.

**Keywords:** Semantic Warranty; Knowledge Organization Systems; Studies of Language; Meaning; Sensitizing Concepts.

### INTRODUÇÃO

Ao considerar as questões do campo da organização do conhecimento (OC) como sendo de ordem linguístico-filosófica, descerra-se uma arena de ações e reflexões profícuas diante das questões de estudo de tal domínio. Um desses tópicos da OC diz respeito aos preceitos, critérios e métodos utilizados para avaliar a utilidade de uma

---

\* Doutor em Ciência da Informação. Bibliotecário contratado da Fundação João Pinheiro. Endereço: Alameda das Acácias, 70, São Luiz/Pampulha, CEP 31.275-150, Belo Horizonte, MG. Telefone: (31) 3448-9400. E-mail: roger.guedes@fjp.mg.gov.br

linguagem documentária de acordo com o seu propósito de representar conhecimentos. A determinação desses critérios de validação da linguagem é resultado de uma escolha intersubjetiva e criteriosa que envolve uma série de fatores cognitivos e sociais.

A concepção idealizada de representação do conhecimento requereria a caracterização abstrata da linguagem documentária para um domínio com tanta exatidão que para qualquer sentença de busca seria possível chegar com fidelidade ao resultado esperado. Porém, os meandros da significação tornam essa possibilidade irrealizável ao considerar ilimitada a plenitude do significado. Na prática, geralmente na concepção de um sistema de organização do conhecimento (SOC),<sup>1</sup> a determinação da linguagem de um domínio, isto é, sua terminologia, tende a ser definida indiretamente, baseando-se em uma série de autoridades cognitivas que apoiem a validação semântica de tal linguagem.

O princípio de validar o significado da linguagem documentária, isto é, conferir a ela uma medida de valor, de qualidade e de utilidade perante o fim a que ela se destina, é conhecido como garantia semântica. Embora a noção de legitimar o significado de uma linguagem documentária seja inerente à sua criação, é tarefa difícil definir os critérios ou estipular condições avaliativas que referendem a representatividade da linguagem de um SOC. De acordo com Campbell (2008), o conceito de garantia no âmbito da biblioteconomia e da ciência da informação (BCI) tem sido uma pedra angular para a compreensão e desenvolvimento de sistemas projetados para representar o conhecimento, articulando-se na base intelectual para a validação e inclusão de entidades semânticas nesses sistemas. O autor entende que as articulações da garantia na OC se configuram em uma combinação de preceitos para a construção de consenso semântico, de uma maneira deliberada, mediante critérios formais e informais.

Neste artigo, a linguagem é o ponto de partida para tratar do princípio da garantia semântica e de alguns componentes estruturantes de tal princípio, como a hospitalidade e a garantia cultural. Para isso, recorrem-se aos estudos da linguagem – mais precisamente a filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein (1889-1951) e Mikhail Bakhtin (1895-1975), dois teóricos da linguagem cujas obras tiveram grande impacto em suas respectivas esferas de atuação e deixaram um importante legado intelectual a todos os campos de estudos que fazem uso das ciências e filosofia da linguagem. Objetiva-se, com isso, apresentar “esboços de paisagens” que contribuam para a pavimentação do estrado epistemológico representado pelo princípio da garantia semântica na OC.

## O PRINCÍPIO DA GARANTIA SEMÂNTICA

A necessidade de projetar instrumentos de representação do conhecimento úteis e confiáveis, que reflitam a realidade dos indivíduos e atendam às necessidades de exprimir e retratar conhecimentos, revela a importância de fundamentos semânticos

---

<sup>1</sup> O termo sistemas de organização do conhecimento (SOCs) cobre todos os tipos de esquemas, ferramentas e dispositivos que apresentam a interpretação organizada das estruturas do conhecimento. Nos SOCs estão inclusos os esquemas de classificação que organizam materiais em um nível geral (como as classificações bibliográficas), cabeçalhos de assunto e tesouros, que fornecem acesso mais detalhado, e esquemas de controle de autoridade que regulam variações terminológicas. Eles também incluem esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias

no processo de criação desses dispositivos. Na perspectiva semântica, os SOCs são compreendidos como esquemas representativos caracterizados pelas relações de significado existentes entre as estruturas de signos – classes, termos, palavras, notações, etc. – que compõem tais esquemas. Logo, o que irá determinar a confiabilidade de sentido e a utilidade do SOC é o princípio de garantia que o rege.

Segundo Beghtol (1986, p. 111), a garantia cobre suposições e decisões – conscientes ou inconscientes – sobre quais os tipos e quais as unidades de análise são mais adequadas para incorporar e representar o significado de classes, cabeçalhos ou termos de um sistema documentário. “A garantia semântica de um sistema, portanto, fornece a principal autorização para supor que alguma classe, conceito ou dispositivo de notação vai ser útil e significativo [...]” para os propósitos a que se destina.

A garantia semântica baseia-se no conceito que expressa o critério intelectual a partir do qual se legitima e se organiza o conhecimento de um domínio. Para Mai (2011), a ideia básica por trás da garantia é que a justificação semântica para a inclusão de termos e classes baseia-se em parâmetros externos às crenças e conhecimentos dos profissionais que desenvolvem, mantêm e utilizam os SOCs. Os profissionais que representam e classificam recursos de informação atribuem e modelam conceitualmente os SOCs com referência a esses parâmetros.

Entendida enquanto preceito analítico, a garantia age como um elemento refrator através do qual se pode considerar o alcance de significado e utilidade de um SOC tendo em mente a finalidade de sua criação. Nesse sentido, Huvila (2006) entende a garantia como um conceito prático que denota o critério intelectual a partir do qual se organiza o conhecimento de um domínio. De acordo com Kwaśnik (2010), a garantia pode ser pensada como uma estrutura conceitual para avaliar qualquer sistema de representação do conhecimento. Para a autora, a garantia, além de contribuir para o nível de relevância de significado, oferece parâmetros de comparação e definição com base na perspectiva de garantia adotada.

A garantia semântica é considerada, portanto, o princípio aplicado à construção, desenvolvimento e avaliação de SOCs para justificar e validar decisões de ordem semântica. Ela orienta o desenvolvedor a verificar as necessidades de inclusões, exclusões e qualquer tipo de modelamento de classes e conceitos da estrutura terminológica de um SOC, em função do significado e uso dessas classes e conceitos para um determinado propósito ou comunidade usuária.

Para atender às necessidades de expressar significado útil a uma audiência, os desenvolvedores e mantenedores de SOCs precisam fazer escolhas criteriosas acerca de quais perspectivas desejam privilegiar nesses sistemas. Segundo Howarth e Jansen (2014), podem-se identificar várias garantias entre os processos de desenvolvimento de sistemas classificatórios e as relações com os usuários. Há uma relação de garantias clássicas que, a começar pela garantia literária proposta por Hulme (1911, 1912) no início do século passado, vem sendo usadas para orientar a criação de classificações.

Estão presentes no rol de garantias propostas à OC desde garantias mais difundidas e aplicadas ao desenvolvimento de SOCs, como a garantia literária, a garantia de uso/usuário e a garantia organizacional – indicadas pela norma norte-americana Ansi/Niso Z39.19-2005 (NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION, 2005) para a construção e manutenção de vocabulários controlados. Como também outras garantias que exploram “as possibilidades de complementação entre uma e outra, para assegurar um suporte metodológico que brinde como resultado uma

estrutura conceitual representativa [...]” (BARITÉ, 2011, p. 4), como a garantia filosófica e a garantia educacional (BEGHTOL, 1986), a garantia estrutural (SVENONIUS, 2000), a garantia cultural (LEE, 1976), a garantia fenomenológica (WARD, 2000). Garantias para necessidades específicas e/ou contemporâneas também podem ser vistas como necessidades na busca por explicações de fenômenos decorrentes da cultura digital, mais precisamente do povoamento de plataformas e ambiências virtuais – como a garantia autopoiética (MAI, 2011) – bem como para propósitos *ad hoc*, a exemplo da garantia de mercado (MARTÍNEZ-ÁVILA, 2016).

Merece destaque a colocação de Beghtol (1986), que reconhece a garantia cultural como um conceito guarda-chuva no qual todas as outras garantias podem ser entendidas como estudo de caso detalhado desse conceito; e de Barité (2011, p. 4), que vê as demais garantias como “derivações ou complementos da garantia literária”, embora ele também reconheça a polivalência do conceito de garantia cultural.

## **GARANTIA E HOSPITALIDADE CULTURAL**

Em sua discussão sobre os imperativos éticos para a organização e representação do conhecimento, Beghtol (1986, 2002) refere-se ao conceito de “garantia cultural”, que sugere que qualquer estratégia de organização do conhecimento ou sistema de representação do conhecimento deve refletir os pressupostos, valores e predisposições da(s) cultura(s) em que eles estão estabelecidos. O conceito de garantia cultural foi proposto por Joel Lee (1976) e teve como inspiração o termo “garantia literária” de Hulme (1911,1912). Garantia cultural significa que qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura.

Conforme Barité e Colombo (2015, p. 1.385-1.386, grifo dos autores), na OC a noção de cultura apresenta pressuposições diversas a respeito da representação do conhecimento. Em primeiro lugar, o fator cultural não pode ser colocado em segundo plano no momento do desenvolvimento e atualização de um SOC. Em segundo lugar, pode-se dizer que os SOCs “podem constituir-se de índices culturais fiáveis” para o tratamento da informação, devendo ser considerados um “conjunto de termos *marcados culturalmente*”. Em terceiro lugar, os valores prevaletentes em uma cultura podem influenciar na substituição ou até mesmo exclusão de “descritores ou códigos de classificação considerados anacrônicos, ofensivos, discriminatórios ou dissonantes para uma comunidade de usuários que interage cada vez mais” com as ferramentas e instrumentos de representação do conhecimento.

A partir dessa acepção, tem-se que os SOCs – vistos como produto da criação humana – não são mais do que um reflexo das sociedades e de seus valores compartilhados. A garantia cultural baseia-se na premissa de que todo sistema de organização do conhecimento representa e impõe uma visão de mundo (BEGHTOL, 2002), e por essa razão é considerado um artefato político e cultural. Esses instrumentos, ainda que não se apresentem necessariamente como um objeto físico e, dessa maneira, não totalmente perceptíveis à comunidade que os utiliza, exercem uma importante influência nos indivíduos da comunidade.

O corolário da garantia cultural é o conceito de hospitalidade que, no campo da organização do conhecimento, tem sido utilizado para se referir à capacidade de um

sistema de classificação para acomodar novos conceitos e novas relações entre os conceitos existentes. Beghtol (2002, 2005) estende essa noção tradicional de hospitalidade para o conceito de hospitalidade cultural, em que os sistemas de organização do conhecimento possam permitir escolhas pessoais e da comunidade.

Tradicionalmente, a hospitalidade na área da biblioteconomia e da ciência da informação trata-se do preceito de permitir a inclusão de novos termos e classes a um esquema de classificação conforme vão aparecendo em um domínio do conhecimento (LANGRIDGE, 1977). É uma forma de administrar características e particularidades de notações bibliográficas que permitam especificar tópicos e assuntos em posições apropriadas dentro de classes, esquemas e sistemas de classificação (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Segundo Beghtol (2002), na literatura especializada a hospitalidade é reconhecida como a capacidade de uma notação de classificação para incorporar novos conceitos e estabelecer relações semânticas e sintáticas apropriadas entre os antigos e os novos conceitos. Tal acepção parecer ser potencialmente útil para tratar questões de significado em sistemas e metodologias de organização de conhecimentos relacionados a ambientes dinâmicos e domínios multidisciplinares.

A hospitalidade cultural seria um ditame para criação, desenvolvimento, manutenção, revisão e uso de sistemas de representação e de organização do conhecimento preocupados em acolher a diversidade de significados em esferas de usos que não se limitam a perfis sociodemográficos bem definidos.

## **WITTGENSTEIN E BAKHTIN NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

As ciências da linguagem têm sido consideradas um território produtivo para tratar as questões da OC, sobretudo no campo teórico. Razão pela qual se privilegiou os pontos de vista de Ludwig Wittgenstein, quanto ao entendimento filosófico da natureza da linguagem, e do filósofo russo Mikhail Bakhtin, e sua abordagem sociológica da linguagem.

Trata-se de dois estudiosos da linguagem que, em contextos sócio-históricos distintos, instauraram suas visões particulares do entendimento da linguagem, mas que compartilham muitas semelhanças quanto à sua natureza e às suas condições de significabilidade. Os postulados teóricos de ambos os autores oferecem um rico arcabouço conceitual que se tem lançado mão em contextos de experimentação e análise, tanto nos domínios da OC como em mais larga escala, na grande área biblioteconomia e ciência da informação.

Encontra-se, no pensamento de ambos os pensadores, a atenção não só para o fluxo incessante e dialogicamente estruturado da produção de sentido a partir da linguagem em ação, como atividade espontânea, fornecendo um engenhoso e sustentável alicerce para a interconsciência dos indivíduos, mas eles também introduzem nas reflexões acerca da linguagem e, conseqüentemente da informação – enquanto mensagem portadora de significado – um tipo diferente de entendimento a ser trabalhado para sustentar a inteligibilidade de processos, mediações e ações informacionais.

É notável a forte correlação entre as noções de significado e de uso que subjazem no princípio da garantia semântica. Segundo Beghtol (1986), é possível justificar esse traço fundante da garantia semântica a partir da filosofia da linguagem. Para tal

assertiva, a autora fundamenta-se na segunda fase<sup>2</sup> dos trabalhos de Wittgenstein e recorda que, para o filósofo austríaco, a linguagem não apresenta significado *a priori*, mas o revela a partir do uso que se faz dela.

De acordo com Smiraglia (2015), a questão fundamental da OC aponta para níveis básicos da filosofia, à medida que se procura responder à pergunta “o que é conhecimento?”. Portanto, é essencial que se tenha uma base adequada na ontologia (o estudo do ser) e na epistemologia (o estudo do conhecer), devidamente assistido por uma base compreensiva. O autor acredita que os trabalhos de Wittgenstein podem contribuir quanto a esse sustentáculo analítico.

É o que parece ocorrer nos trabalhos de Brier (1996) e Novellino (1998), bem como de Gracioso e Saldanha (2010). Embora com assertivas propositadamente mais abrangentes quanto ao horizonte de análise, todos os autores trazem contribuições à OC apoiando-se na filosofia da linguagem de Wittgenstein. De modo geral, para os autores é possível revestir a base compreensiva sobre “o que é informação” e “como a informação significa” a partir da sua tradição pragmática que, no contexto da BCI, pode ser chamada de pragmatismo informacional.

O pragmatismo informacional é o abordo na esteira do pensamento wittgensteiniano para tratar as manifestações teóricas em torno de uma visão de mundo pragmatista sobre a OC. Nessa perspectiva de concepção de como a informação é organizada e acessada pelos indivíduos, os autores supracitados reconhecem os fundamentos sociais da informação a partir dos jogos de linguagem como o andaime para a apreensão de significados latentes em um artefato informacional.

O acesso à informação apenas se dá a partir da construção compartilhada do significado de um determinado documento e seu conteúdo. Logo, acesso, para essa tradição, não é representação, mas um coletivo de interpretações. Se não são conhecidas as regras de estruturação de um determinado mundo informacional – seus jogos de linguagem —, o documento não dirá nada além de sua condição física ou virtual – sua forma [...] (GRACIOSO; SALDANHA, 2010, p. 55)

No trabalho de Wittgenstein, a OC encontra uma abordagem útil para o significado de um conceito ou unidade de informação. Vale-se das ideias fundantes da obra do segundo Wittgenstein para atender a uma necessidade de reconhecimento da informação como signo proposicional – e não apenas representacional. Tal como foi caracterizada a linguagem, a natureza da informação relaciona-se à noção de processo, ação, deliberação e uso. Nesse sentido, a partir do discurso pragmatista instaurado pelo pensamento wittgensteiniano, trata-se de reconhecer a informação em sua apresentação – sua natureza social e intersubjetiva – para posteriormente explorar sua representação.

Em referência ao pensamento de Bakhtin, observam-se investidas favoráveis a apropriações de conceitos da obra do estudioso russo na OC. Podem-se citar os

---

<sup>2</sup> O percurso filosófico de Wittgenstein costuma ser qualificado em dois períodos distintos, a primeira fase, ou o “primeiro Wittgenstein”, encontra-se na obra *Tractatus logico-philosophicus*, de 1921, na qual ele procura compreender a linguagem a partir de uma estrutura lógica que pudesse explicar o seu funcionamento. A segunda fase, ou o “segundo Wittgenstein”, é conhecida a partir da obra *Investigações filosóficas*, publicada postumamente em 1953, em que o filósofo defende uma concepção pragmática da linguagem em que as funções desempenhadas pela língua é que permitirão aceder à realidade.

trabalhos de Bufrem, Silva e Breda (2005), Arboit e Guimarães (2013), Guedes, Moura e Dias (2012), acerca das contribuições de Bakhtin na relação entre linguagem e sentido, resultando em apropriações na preocupação em organizar conhecimentos.

Bakhtin (1986) defende que a linguagem é produto da vida social, e esse caráter a faz estar em constante processo de significação, uma vez que o contexto sócio-histórico e todos os componentes inerentes à sociabilidade influenciam diretamente na produção de sentido. Nesse sentido, o autor argumenta que a linguagem, enquanto um sistema de signos – é essencialmente ideológica, pois o significado revelado por ela é fruto dos acordos (e desacordos) dos grupos sociais que a utilizam. Além disso, a linguagem incorpora, em sua função signíca, interferências da dinâmica social por meio das relações dialógicas que ocorrem entre indivíduos, e, por isso, sua forma e seu valor estão sempre sujeitos a modificações.

Com essa contextualização, observa-se que embora priorizando diferentes elementos da OC – a representação e recuperação da informação, a prática da indexação, a teoria do conceito, etc. –, todos os trabalhos citados, que lançaram mão do pensamento dialógico na linguagem como base compreensiva da informação, carregam em comum o reconhecimento do sentido instaurado a partir do caráter ideológico e dialógico da linguagem.

De acordo com Arboit e Guimarães (2013), a perspectiva pragmatista da linguagem reconhecida em Bakhtin ajuda a compreender as relações em torno da informação e do conhecimento no âmbito da OC. Compartilhando a mesma visão que as demais abordagens histórico-sociais da informação, os autores entendem que a linguagem é constituinte do que se entende por informação e conhecimento, pois é necessário um sistema de signos para que a informação seja expressa, assimilada e transformada em conhecimento.

## **GARANTINDO SIGNIFICADO: SOBRE CONCEITOS SENSIBILIZANTES**

Para o aprimoramento de fundamentos e princípios circundantes aos processos de organização e representação do conhecimento, em especial o desenvolvimento dos SOCs, tem-se recorrido com frequência às abordagens aos estudos em OC que aliam os estudos da significação e as dimensões socioculturais da linguagem. Tais zonas de estudo em que a OC tem se apoiado são reconhecidas pela preocupação da experiência do pensamento e da consciência com a realidade, a partir do “andaime do significado”, isto é, da linguagem. Os conceitos trabalhados nesses domínios são caracterizados por suas instilações sensitivas ao reconhecimento e categorização de significado, valores, noção de mundo, axiologias e demais indicadores de ações sensíveis.

Nesse sentido, vertentes de estudos na OC, que orbitam conceitos no plano significativo do sujeito em relação ao mundo, podem ser chamadas de conceitos sensibilizantes para o trato da informação e do conhecimento. Tendência na OC, destacam-se os conceitos de “linguagem”, “significação”, “discurso”, “ética”, “cultura” e “ideologia” como referência analítica aos processos e instrumentos de valoração do conhecimento através de sua representação.

Segundo Jansen (2014, p. 7), o apoio teórico aos conceitos sensibilizantes descreve uma orientação de padrões socialmente compartilhados de comportamentos, normas e valores que definem o significado e uso da informação. Para a autora, esses conceitos sensibilizantes não são destinados a ser interpretados apenas como lentes através das quais se observa os fenômenos de informação. Suas funções estendem-

se a pontos de amparo ao pensar na ciência da informação, ou seja, categorias de pensamento no agir dentro do referido campo. “Eles são de particular relevância para as preocupações da ciência da informação e eles podem, eventualmente, servir de ajuda para o pesquisador fazer ligações para um campo teórico mais amplo.”

É a partir destes conceitos – os quais suscitam uma percepção mais realçada da natureza da informação – que se chega a provocações reflexivas responsáveis por avanços no horizonte de conhecimentos da OC, ampliando, assim, sua matriz teórica mediante a incorporação de novas ideias e noções latentes ao que se entende por informação, e também mediante à revisitação de conceitos da própria disciplina. Dessa maneira, as investidas teóricas diante do princípio da garantia semântica exprimem a preocupação em guarnecer subsídios analíticos para o enriquecimento conceitual de tal princípio.

### **LINGUAGEM EM AÇÃO E SIGNIFICADO: DIMENSÃO DE PROFUNDIDADE**

Embora a noção primitiva de garantia remonte ao início do século passado, com as considerações de E. W. Hulme acerca dos critérios adequados de reconhecimento identificação e seleção terminológica para classificações bibliográficas, o princípio da garantia semântica continua a ser um conceito central em questões atuais de pesquisa na OC, mantendo-se como um “princípio organizador” relevante quando aplicado aos SOCs contemporâneos e emergentes (HOWARTH; JANSEN, 2014).

Esse é um dos pontos principais de se recorrer ao cerne do conceito de garantia semântica, buscando identificar seus componentes constitutivos, a fim de contribuir para o refinamento de seu sentido. Reorienta-se, desse modo, a atenção não para as técnicas de aplicação ou as perspectivas da garantia em si (garantia literária, garantia do usuário, garantia organizacional, etc.), mas sim para o modo que as autoridades cognitivas – em que as perspectivas se baseiam – produzem significado. O denominador comum, em todas elas, é o conceito sensibilizante de linguagem, mais precisamente a linguagem em uso.

Nas visões de Wittgenstein e Bakhtin, percebe-se que toda manifestação do significado e sua compreensão tem como mediação a linguagem e se origina dos indivíduos sociais a partir de suas reações dinâmicas de diálogo entre si e as alteridades presentes no contexto. Ambos chamam a atenção para uma linguagem viva e imersa no cotidiano das pessoas, respondendo às reações sensíveis provocadas entre os indivíduos.

A linguagem em ação, isto é, sendo utilizada pelos indivíduos, é a forma como Wittgenstein (1999) reconhece o significado. Da mesma forma, Bakhtin (1986) entende que o significado é resultado direto da relação de alteridade existente entre falantes, ou seja, daqueles que utilizam a linguagem em busca de entendimento. A partir da premissa do princípio da garantia semântica operando como angularidade da apreensão de significado infundido na linguagem para a projeção e avaliação de SOCs, considera-se como uma unidade de compreensão de tal princípio o reconhecimento da linguagem como um fenômeno histórico, social e cultural moldada às necessidades do sujeito social. Essa consideração é sustentáculo para compreender a essência da garantia semântica sem correr riscos de se apoiar em aspectos acidentais de alguma de suas perspectivas de aplicação.



As perspectivas da garantia semântica modulam-se – ou deveriam modular-se – no pressuposto de entendimento da linguagem como estrutura de apreensão do significado em um constante fluxo de negociação de sentidos. Embora seja preocupação, em um dado momento e para alguns propósitos de sistematização, acionar a categoria semântica a fim de estabilizar o sentido da linguagem, é importante que se reconheça tal princípio em uma dimensão de profundidade mais sensível.

Apropriando-se do preceito de Wittgenstein e Bakhtin de que a práxis do uso da linguagem é a base da racionalidade humana, e de que as condições de sociabilidade são a conexão entre o pensamento e a palavra, advoga-se ser esta uma importante prescrição para reconhecer as relações de sentido que as diferentes perspectivas de garantia evocam nas linguagens documentárias. Nesse sentido, pensar nas linguagens que constituem os SOCs e em seus propósitos informativos é pensar na língua como atividade social, ligada às condições de comunicação que estão sempre relacionadas às estruturas sociais.

## **IDEOLOGIA E ANGULAÇÕES DO SENTIDO**

A linguagem não é neutra, é na verdade produtora de sentidos, valores e legitimadora de ideologias. Sendo a garantia semântica uma espécie de consideração crítica na concepção de SOCs, entende-se que tal princípio – e as perspectivas de garantias acionadas – está diretamente relacionado à carga ideológica assumida nas linguagens documentárias. Os traços ideológicos dos SOCs têm sido, muitas vezes, desconsiderados nos estudos de abordagem do significado na OC. No entanto, é evidente que o fenômeno da ideologia está vinculado, em maior ou menor grau, com todas as instâncias de projeção, desenvolvimento e avaliação de SOCs.

Recorrem-se às noções de signo ideológico, de Bakhtin, e de formas de vida, de Wittgenstein, com o intuito de considerar as questões ideológicas como um aspecto estruturante do princípio da garantia semântica. Bakhtin destaca a relação entre signo e ideologia, afirmando que tudo que é ideológico é um signo e possui um valor semiótico, não existindo ideologia sem signos. Ele entende que o signo não apenas faz parte da realidade, mas também reflete e refrata outras realidades, isto é, outras visões de mundo. Uma visão de mundo está relacionada, para Wittgenstein, com uma forma de vida. O filósofo austríaco acredita que é o comportamento comum de uma comunidade, seus juízos e até mesmo a aceitação implícita de um sistema de convenções e também seu uso, que nos possibilita formular proposições a respeito do mundo, isso é o que caracteriza a forma de vida.

Neste plano de visão, é possível acomodar as ideias exploradas por Bakhtin (1986) acerca dos embates e acordos sociais travados no âmbito da linguagem – estes são aspectos fundamentalmente ideológicos ao reconhecerem a linguagem como uma entidade viva e em constante transformação, moldada aos interesses e necessidades de grupos sociais. Incluem-se, naturalmente, os preceitos bakhtinianos, as linguagens objeto de trabalho no campo da OC, isto é, os SOCs, reconhecendo a não neutralidade dessas estruturas de representação do conhecimento. Caro Castro e San Segundo Manuel (1999) asseveram que em muitas linguagens documentárias critérios ideológicos impróprios prevalecem sobre os critérios produtores e racionais. Para as autoras, subjaz a esses instrumentos de representação do conhecimento uma ideologia retrógrada, contribuindo para a exclusão de visões de mundo, geralmente dos públicos minoritários que utilizam esses instrumentos.

Porém, em razão das possibilidades de análise, mediação e gestão das linguagens documentárias, sabe-se que é factível não apenas atenuar uma inclinação ideológica inapropriada, mas também explicitar seus propósitos para as audiências, a fim de deixar de tomar conhecimento de possíveis angulações de sentido para atingir determinados fins.

Desse modo, para o princípio da garantia semântica é de especial atenção compreender que, como autoridade cognitiva invocada para a definição de qual(is) perspectiva(s) endossará(ão) as acepções de um SOC, ele estará sensivelmente emitindo um posicionamento ideológico que, pela ótica wittgensteiniana, estaria relacionado à natureza do significado, uma vez que um de seus aspectos condicionantes é a relação entre os sistemas simbólicos que, conectados, revelam a forma de vida na qual ações de informação ganham sentido.

Embora as decisões no processo de representação de informações de um indexador ou bibliotecário possam parecer, à primeira vista, que elas seriam o fato determinante para a expressividade de traços ideológicos ruidosos, admite-se que esse desequilíbrio pode começar já na elaboração dos instrumentos de representação do conhecimento utilizados pelos profissionais da informação. É neste sentido que se depreende atenção à garantia semântica, enquanto princípio acionado para a concepção, desenvolvimento e avaliação desses instrumentos.

## **DIVERSIDADE E UNIVERSALIDADE: HIBRIDADE CULTURAL**

O conceito de garantia cultural representa uma resposta à busca por abertura na condução teórica e de práticas diante do desenvolvimento e da atualização de instrumentos de representação do conhecimento. Pode-se relacionar a concepção de linguagem como atividade humana situada cultural e historicamente, defendida pelos filósofos Wittgenstein e Bakhtin, como pré-compreensão do nível perceptivo ao qual o fenômeno da cultura recoloca as questões da informação e do conhecimento no âmbito da perspectiva da garantia cultural.

A conceituação de cultura está geralmente ligada a valores compartilhados, crenças, memória coletiva, língua/linguagem, práticas cotidianas, preferências, história, entre outras manifestações que caracterizam uma comunidade discursiva, relacionamentos sociais e a forma como os sujeitos assimilam a realidade em volta e atribuem significado às coisas.

Wittgenstein (1999) vai chamar de jogos de linguagem essa manifestação do significado dependente dos elementos circunstanciais do universo social. Desse modo, a condução do significado pela linguagem só se efetiva ao se conhecerem as regras do jogo, isto é, o uso adequado que se faz da linguagem em contextos pragmáticos. Quanto a isso, identifica-se em Bakhtin (1986) a ideia de que a significação só se realiza a partir de interações sociais realizadas em situações concretas. O diálogo (os acordos e desacordos, as negociações, as trocas simbólicas) só se estabelece em situações em que indivíduos compartilham os mesmos horizontes sociais e culturais.

Com esse raciocínio, considera-se no campo da OC o pressuposto de que indivíduos de diferentes culturas apresentam diferentes interpretações em relação aos objetos informacionais. Da mesma forma, esses indivíduos se identificam com informações a partir de diferentes angulações de sentido emitidas por um instrumento de representação do conhecimento – um SOC – e do próprio conhecimento registrado.

Essas inferências sociais subjazem à perspectiva da garantia cultural nos processos de organização e representação do conhecimento.

O argumento se estrutura a partir do reconhecimento dos SOCs como artefatos culturais que refletem e moldam visões de mundo. Esse ponto de vista parece mais acurado ao ponderar que os SOCs buscam reproduzir conceitualmente uma determinada realidade com o propósito de atender intelectualmente a determinadas audiências (comunidades de usuário, grupos sociais, etc.) ao ponto dessas audiências se reconhecerem (a si mesmas e à sua realidade) nos processos de uso e aplicação desses sistemas. Os SOCs vistos como dispositivos culturais revelam mais claramente as conexões entre eles e a sociedade; em outras palavras, esses esquemas de representação do conhecimento refletem as condições sociais que prevalecem nos diferentes períodos e contextos que eles se propõem a representar.

É certo que cada proposição de perspectiva da garantia semântica (garantia literária, garantia de uso/usuário, garantia organizacional, etc.) visa cobrir ou enfatizar alguma dimensão de captação de significados com o propósito de atingir uma representação em ampliados domínios do conhecimento nos quais se pretende retratar. Embora seja possível acioná-las separadamente, muitas perspectivas de garantia são mais eficientes se conjugadas a outras, cobrindo um maior número de significados e produzindo resultados semanticamente mais expressivos.

Como dito anteriormente, a garantia cultural funciona como conceito guarda-chuva diante de outras perspectivas de garantia. De certa forma, ela cobre e explica – parcialmente – as mudanças no desenvolvimento dos outros tipos de garantia semântica. Além disso, ao adquirir tal abrangência, o conceito se mostra forte o suficiente para gerar e aglutinar-se a demais conceitos que também objetivam explicar a complexidade do fenômeno da significação para fins documentários.

A garantia cultural trabalha na transversalidade das condições de significação que cada uma das outras perspectivas de garantia se propõem a ressaltar. Dessa maneira, ela pode harmonizar certas semelhanças e dessemelhanças de sentido produzido entre os sujeitos nas mais diversas situações.

Considera-se que grande parte dos SOCs contemporâneos já é concebida em plataformas e ambientes que favorecem a sua utilização pelos mais diversificados grupos socioculturais, uma vez que esses sistemas estão disponíveis na web. Nesse contexto, a garantia cultural age incrementando a criticidade de representar e organizar o conhecimento para torná-lo globalmente adequado para um maior número de usuários em um maior número de situações abrangendo uma maior quantidade de culturas.

Vem ganhando certa atenção na OC a potencialidade de concepção e desenvolvimento de SOCs engajados que, ao considerar as questões culturais e ideológicas moventes na linguagem, abrem espaço para as possibilidades de se pensar, por exemplo, na integração de diferentes pontos de vistas intraculturais, o tratamento de conteúdos multidisciplinares e a criação de diferentes simulacros (representações) para um mesmo objeto informacional – todas essas questões abarcam o que se nomeia neste artigo de angulações de sentido.

Pensar em SOCs que atendam às demandas e complexidades do contexto do desenvolvimento contínuo da globalização cultural da informação requer a elucidação de pressupostos sensibilizantes acerca da natureza da informação para fins de sua organização. Nessa perspectiva, é importante determinar pressupostos que orientem as decisões que incidam no aperfeiçoamento dos SOCs. Uma dessas suposições é que os sistemas de organização e representação do conhecimento

devem ser baseados em princípios sensibilizantes – cobertos em sua maioria pelas perspectivas de garantia, com destaque para a garantia cultural –, e que esses sistemas estão constantemente influenciando e sendo influenciados pela realidade social. Outro pressuposto importante é qualquer proposta de representação do conhecimento contém preferências culturais e éticas que podem ou não ser tão explícitas quanto o desejável.

A ideia de diversidade e universalidade como forma de “acomodar” culturalmente as unidades de sentido de diversos grupos de usuários e coleções, reduzindo assim os níveis de viés semântico, é uma provocação que se irrompe no campo da OC revelando os desafios conceituais e metodológicos de lidar com os SOC's modernos concebidos em contextos sociotécnicos, que, ao oportunizar a utilização desses sistemas por todos os grupos culturais em que as redes digitais alcançam, confere um papel fundamental aos SOC's nos processos de acesso e comunicação de conhecimentos.

Nesse âmbito, compreende-se que o conceito de hospitalidade cultural vem sendo apropriado para tratar as situações em que um domínio do conhecimento representado em um SOC é utilizado por distintas audiências, isto é, grupos socioculturais diversificados; ou quando há a necessidade de se entretecerem múltiplos domínios do conhecimento para propósitos específicos. O atendimento a essas questões ressalta a *performance* da hibridade cultural que os SOC's possam desempenhar para atender às demandas contemporâneas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ampliação dos lugares epistemológicos para análise dos fenômenos informacionais revela o desafio e as potencialidades de estudar as instâncias teórica e prática da OC. Os elementos e fatores significativos na linguagem penetram no campo de reflexão da OC como condição sensibilizante à sublimação dos fundamentos da organização e representação de conhecimentos.

O significado é, acima de tudo, uma atividade – articulada e convergida pela interconsciência dos sujeitos sociais que produzem (e reproduzem) linguagens para a geração de novos conhecimentos. O reconhecimento da linguagem e do conhecimento apoiados pelo substrato pragmatista – como evidenciado por Wittgenstein e Bakhtin – é fundamental para os encadeamentos teórico-reflexivos na OC.

Promover a capacidade de significação útil e adequada das linguagens documentárias requer condições de reconhecimento de autoridades cognitivas que sustentem a sensibilidade necessária para provocar o desvelamento de significados úteis em SOC's. Esse é o papel do princípio da garantia semântica, tendo em mente que é condição preponderante para o desenvolvimento e avaliação dos instrumentos de organização e representação do conhecimento basear-se em consensos semânticos que os dimensionem como artefatos que retratam a realidade.

Conforme exposto neste artigo, os conceitos sensibilizantes apoiam teoricamente as orientações de padrões de valores, comportamentos e normas sociais que determinam o significado e o uso da informação. Procurou-se tencionar alguns desses conceitos que mais se aproximavam da abordagem filosófica da linguagem de Wittgenstein e Bakhtin. Para os filósofos, a manifestação do significado se origina a partir das relações sociais dos indivíduos e se estabelece através da linguagem em uso. Compreende-se, portanto, que a linguagem, bem como demais componentes da

esfera social, como a ideologia e a cultura, ocasionam composições pragmáticas de organização do conhecimento que ressaltam aspectos contextuais dos domínios e favorecem a tendência de atenção ao reconhecimento de categorias analíticas da ordem do significado, às quais antes não se recorriam na projeção de SOCs e demais serviços e produtos nos domínios da OC.

Nesses termos, o princípio da garantia semântica é entendido como uma resposta ao impulso para criar, expor ou impor uma ou variadas visões de mundo a partir da evidenciação de significados estabelecidos pela linguagem em ação. A ideia de garantia na OC é assim compreendida na argumentação em favor da existência ou não de fatos e fenômenos da realidade passíveis de significação. O estabelecimento de significado pela/na linguagem certifica o compromisso permanente de sentido que a garantia provoca nos sistemas e contextos de informação para a concepção, desenvolvimento e avaliação das unidades semânticas que exprimem o conhecimento representado.

Apresentaram-se, dessa maneira, “esboços de paisagens” traduzidos em argumentos e recursos analíticos para uma reflexão teórica relevante para os componentes estruturantes da OC, especificamente o princípio da garantia semântica, problematizando aspectos da significação e elementos sensibilizantes que enriquecem o olhar diante das questões de estudo do campo. A partir dessa transcurso reflexiva nas fronteiras dos domínios da linguagem e do conhecimento, acredita-se que o campo da OC adquire mais condições e ferramentas teóricas para lidar com novas (e antigas) questões dos processos de organização e representação do conhecimento.

Artigo recebido em 09/07/2018 e aprovado em 02/10/2018.

## REFERÊNCIAS

ARBOIT, A. E.; GUIMARÃES, J. A. C. Conhecimento e linguagem na organização do conhecimento: aspectos dialógicos a partir da concepção de Bakhtin. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Ancib, 2013.

BAKHTIN, M. (V. N. Voloshinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. Tradução de M. Lahud e Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1986.

BARITÉ, M. La garantía cultural como justificación en sistemas de organización del conocimiento: aproximación crítica. *Palabra Clave*, La Plata, v. 1, n. 1, oct. 2011. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/16751/1/PCLP%25202011%2520v1n1a2.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2015.

BARITÉ, M.; COLOMBO, S. Garantía cultural y sesgo positivo: aproximación teórico-metodológica. In: RODRÍGUEZ MUÑOZ, J. V. et al. (Org.). *Organización del conocimiento: sistemas de información abiertos: actas del XII Congreso Iско España y II Congreso Iско España y Portugal*, 19 y 20 de noviembre. 1. ed. Murcia: Iско España-Portugal, 2015. p. 1.381-1.394.

BEGHTOL, C. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. *Library Resources & Technical Services*, v. 30, n. 2, Apr./June 1986.

\_\_\_\_\_. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. *Journal of Documentation*, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.

\_\_\_\_\_. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 56, p. 903-912, 2005.

BRIER, S. Cybersemiotics: a new interdisciplinary development applied to the problems of knowledge organization and document retrieval in information science. *Journal of Documentation*, v. 52, n. 3, p. 296-344, 1996.

BUFREM, L. S.; SILVA, H. F. N.; BREDA, S. M. Contribuições teóricas para uma revisão dos princípios e práticas da representação do conhecimento. *ETD: educação temática digital*, v. 7, n. 1, p. 28-38, dez. 2005.

CAMPBELL, D. G. Derrida, logocentrism, and the concept of warrant on the semantic web. In: ARSENAULT, C.; TENNIS, J. T. (Ed.). *Cultural and identity in knowledge organization*. Würzburg: Ergon Verlag, 2008. p. 222-228. (Advances in Knowledge Organization, 11).

CARO CASTRO, C.; SAN SEGUNDO MANUEL, R. Lenguajes documentales y exclusión social. In: LÓPEZ HUERTAS, M. J.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C. (Ed.). *La representación y organización del conocimiento en sus distintas perspectivas: su influencia en la recuperación de la información: actas del IV Congreso Isko España, 22 a 24 de abril de 1999*. Granada: Isko España: Universidad de Granada 1999. (Organización del Conocimiento en Sistemas de Información y Documentación, 4)

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008. 451 p.

GRACIOSO, L. S.; SALDANHA, G. S. *Ciência da informação e filosofia da linguagem: da pragmática informacional à web pragmática*. Rio de Janeiro: [s. n.], 2010.

GUEDES, R. M.; MOURA, M. A.; DIAS, E. J. W. A abordagem dialógica na indexação social. *DataGramaZero*, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, 2012.

HOWARTH, L. C.; JANSEN, E. H. Towards a typology of warrant for 21st century knowledge organization systems. In: BABIK, W. (Ed.). *Knowledge organization in the 21st century: between historical patterns and future prospects: proceedings of the Thirteenth International ISKO Conference 19-22 May 2014 Kraków, Poland*. Würzburg: Ergon Verlag, 2014. p. 216-221. (Advances in Knowledge Organization, 14).

HULME, E. W. Principles of book classification. *Library Association Record*, v. 13, Oct. p. 354-358, Nov. p. 389-394, Dec. p. 444-449, 1911.

\_\_\_\_\_. Principles of book classification. *Library Association Record*, v. 14, Jan., p. 39-46, Mar. p. 174-181, 1912.

HUVILA, I. *The ecology of information work: a case study of bridging archaeological work and virtual reality based knowledge organisation*. Åbo [Finlândia]: Åbo Akademi University Press, 2006.

JANSEN, E. M. H. Let's talk about the NOC: a study of standard classification in social context. In: ASIST DOCTORAL SEMINAR ON RESEARCH AND CAREER DEVELOPMENT, 2014, Seattle. Disponível em: <<http://ils.unc.edu/~wildem/ASIST2014/HourihanJansen.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

KWAŚNIK, B, H. Semantic warrant: a pivotal concept for our field. *KnowledgeOrganization*. v. 37, n. 2, p. 106-110, 2010.

LANGRIDGE, D. *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência, 1977.

LEE, J. M. E. Wyndham Hulme: a reconsideration. In: RAYWARD, W. B. (Ed.). *The variety of librarianship: essays in honour of John Wallace Metcalfe*. Sydney: Library Association of Australia, 1976. p. 101-113.

MAI, J-E. Folksonomies and the new order: authority in the digital disorder. *Knowledge Organization*, v. 38, n. 2, p. 114-122, 2011.

MARTÍNEZ-ÁVILA, D. BISAC: Book Industry Standards and Communications. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 8, p. 655-662, 2016.

NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. *Ansi/Niso Z39.19-2005 (R2010): guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*. Bethesda, MD: Niso Press, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. *Perspect. Cienc. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 137-146, jul./dez. 1998.

SMIRAGLIA, R. Ethics in knowledge organization: two conferences point to a new core in the domain. *Encontros Bibli*, v. 20, n. especial, p. 1-18, 2015.

SVENONIUS, E. *The intellectual foundation of information organization*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

WARD, M. Phenomenological warrant: the case for working from the user's viewpoint. *Managing Information*, v. 7, n. 9, p. 68-71, Nov. 2000.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.